

APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de disponibilizar aos leitores mais um número da Revista Educação Especial em Debate.

O sétimo número discute questões referentes ao atendimento educacional especializado, enfocando classe hospitalar e formas de institucionalização desse atendimento. Aborda, ainda, políticas de educação especial, no que tange à formulação e implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), aspectos relativos à linguagem, dando destaque à produção linguística de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e à Língua Brasileira de Sinais. Para a discussão desses temas, foram realizados estudos bibliográficos, entrevistas e análise de documentos.

Como a escola tem se posicionado em relação à heterogeneidade inerente aos alunos com os quais atua? Por quais caminhos deve seguir para o acolhimento às crianças, aos jovens e aos adultos, em suas singularidades? Maria José de Jesus Camacho nos provoca a essas reflexões no texto *Sensibilizar e transformar para semear a inclusão*. A autora se indaga a respeito das bases para a construção de uma proposta educativa inclusiva e, a partir disso, aborda os pressupostos, os mecanismos, os atores e os contextos que subjazem à diversidade e à inclusão.

Nesse percurso, reporta-se à inexorável sensibilização a que toda a sociedade necessita ser submetida, de forma a reconhecer as diferenças que perpassam o tecido social e a desenvolver uma postura efetivamente inclusiva. No ambiente escolar, essa postura implica, para além da sensibilização, a efetivação de políticas de diferenciação curricular e pedagógica que propiciem, também, o aprendizado dos alunos com necessidades especiais, por meio da valorização das suas potencialidades e da minimização de prováveis fragilidades.

Embora o atendimento educacional hospitalar se constitua em um importante serviço para alunos com impossibilidades de frequentar a escola regular devido aos acometimentos em seu estado de saúde, ainda é relativamente pequena a produção científica sobre o tema. Assim, de forma a contribuir para essa discussão, o artigo de autoria de Aline Ferreira Rodrigues Pacco e Adriana Garcia Gonçalves, intitulado *Atendimento educacional hospitalar: revisão sistemática entre os anos de 2013 e 2018*, objetivou documentar e analisar as publicações sobre esse tema nesse período. Para isso, como abordagem metodológica, utilizou a revisão sistemática, enfocando quatro das

principais bases de dados nacionais: portal de periódicos da Capes, Scielo, Google Acadêmico e Lilacs.

Dessa revisão foram identificados artigos, monografias, dissertações e teses que tratavam do atendimento educacional hospitalar no período estipulado; e da análise do conteúdo das 233 publicações selecionadas foram delineadas 14 categorias, as quais são abordadas no artigo em tela. Não obstante o reconhecimento crescente da importância desse serviço na educação especial, as autoras ressaltam que as classes hospitalares ainda demandam uma atenção maior dos gestores municipais, de modo a assegurar o direito de todos os sujeitos em estado de hospitalização à educação escolar.

Ana Flávia Teodoro de Mendonça Oliveira, Maria Lúcia Gurgel da Costa e Kathleen Côrtes da Silva produziram o artigo *Contribuições para se compreender a linguagem das pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): uma análise da autobiografia de Nicolas Brito*. A análise da narrativa autobiográfica, intitulada “Tudo o que eu posso ser”, apontou a presença de transtornos verbais e não verbais nos modos de comunicação do protagonista e resultou na seleção de cinco categorias de análise, que trazem contribuições interessantes para profissionais das áreas da educação e da saúde que trabalham com pessoas com TEA. Essas categorias são: atrasos na comunicação verbal; dificuldades em relação aos aspectos pragmáticos da linguagem; interpretação literal das palavras; uso da ecolalia imediata e tardia; e neologismos.

As autoras alertam, de forma pertinente, para os desafios que essas peculiaridades na linguagem de pessoas com TEA podem trazer para os processos de ensino e de aprendizagem. Nesse sentido, reportam-se aos professores, chamando a atenção para a necessidade de conhecimento das especificidades da comunicação dessas pessoas, bem como de estratégias que possam potencializar as formas de comunicação, indicando o uso de recursos de comunicação suplementar e/ou alternativa.

Quais são os processos de gestão de escolas públicas municipais e suas implicações nas políticas voltadas à inclusão do público-alvo da educação especial? Essa é a problematização que perpassa o texto *A institucionalização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino fundamental em uma rede municipal do Estado do Rio Grande do Sul*, de Bruna Dalcin Gattiboni e Débora Teixeira de Mello. As autoras buscaram em conceitos, como gestão democrática e processos de produção e reprodução social na escola inclusiva, elementos para subsidiar a análise de depoimentos de professores e de Projetos Político-Pedagógicos das escolas investigadas. Em um

contexto em que a institucionalização do AEE segue de forma lenta e ainda pouco discutida, identificam uma tendência, também realçada em outros estudos, de responsabilização da inclusão somente ao AEE e seus atores.

Um dos grandes desafios enfrentados pelos usuários da Língua Brasileira de Sinais na escola é a sinalização de termos que remetem a conceitos científicos. Atento a esse desafio, João Paulo Stadler escreveu o texto *Sinalização de termos químicos em Libras: necessidade de padronização*, argumentando que as terminologias científicas apresentadas aos alunos surdos carecem de sinalização oficial em dicionários da Língua Brasileira de Sinais.

Dessa forma, para aprofundar essa discussão, o autor compara sinalizações para os termos *átomo* e *substância*, usados por diferentes grupos em Curitiba, e sinais publicados em trabalhos de pesquisa, a partir de entrevistas com um professor bilíngue e tradutores e intérpretes de língua de sinais. De maneira surpreendente, e ao mesmo tempo preocupante, o estudo mostrou que todos os sinais utilizados pelos sujeitos da pesquisa são diferentes entre si, trazendo, seguramente, dificuldades para a compreensão dos saberes e conhecimentos abordados em sala de aula. Se, por um lado, essas diferenças na configuração dos sinais podem ter relação com o regionalismo observado na Língua Brasileira de Sinais e a falta de divulgação dos sinais, por outro lado, para o bom andamento das atividades acadêmicas, Stadler afirma que é fundamental que se proceda à padronização desses termos, o que colaborará para o processo de aprendizagem e minimizará problemas decorrentes da troca de tradutores/intérpretes ou professores.

Em *Contribuições da filosofia de Foucault para a compreensão dos discursos e práticas de inclusão escolar*, Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti problematiza questões referentes à educação inclusiva e trata de algumas contribuições que Michel Foucault traz para essa reflexão, sobretudo no que diz respeito ao conceito de *lupa observadora*, a algumas maneiras de inquirir o objeto e à relação entre educação inclusiva e a arte de governar no contexto neoliberal. O texto permite uma ampliação da abordagem da educação especial, situando-a no contexto macrossocial e propiciando o olhar atento às intrincadas relações entre posicionamentos e interesses distintos na vida social, o que também marca a vida escolar de pessoas com deficiência.

A implementação da Meta 4 do PNE segue como uma preocupação recorrente entre os pesquisadores que investigam temáticas referentes à educação especial, diante do desafio de implementação de políticas educacionais em uma perspectiva inclusiva. Roger

Pena de Lima e Queina Santos Lima estão entre os estudiosos que se detêm nessas questões. No artigo *A formulação e implementação da Meta 4 do PNE: entre a inclusão total e a inclusão preferencial, entre o público e o privado*, os autores analisam a compreensão do processo de formulação e de implementação da Meta 4 por alguns dos sujeitos envolvidos nesse trabalho. Das análises realizadas destacam-se a compreensão, por parte dos sujeitos, da existência de diferentes forças políticas, com concepções de educação especial distintas, defendendo projetos diferenciados para a área. No centro dessas disputas, está a relação público/privado, que se configura, por um lado, a partir da defesa da destinação dos investimentos estatais da educação especial às instituições públicas e, por outro, da pressão para a aplicação de parte desses recursos às instituições especializadas.

Fechando esta coletânea, Francisca Eliete Batista Severe e Ermano Batista da Costa apresentam o texto *Apreensão de mães e professores sobre dificuldades e subsídios do aluno especial: contributos para intervenções psicopedagógicas*, em que discutem sobre a visão que mães e professores possuem sobre a educação especial. Entrevistando professoras e mães de alunos com deficiência de uma escola de ensino fundamental, Batista e Ermano observaram que as professoras estão vivenciando conflitos no que diz respeito ao trabalho na sala de aula e à indefinição de seu papel na escola. Por outro lado, as mães, mesmo muito tímidas durante a entrevista, também demonstram ter dificuldades para lidar com seus filhos. O estudo constata a falta de investimento das administrações municipais em estrutura e formação pedagógica na área de educação especial para os professores e reafirma o compromisso dessas administrações com a educação inclusiva.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Comissão Editorial